



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Educação.

O DESMONTE DO ENSINO SUPERIOR E A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Silvia Leticia Queiroz da Silva¹

Resumo: O presente artigo traz uma reflexão teórica a respeito do cenário atual da educação superior pública no país e procura demonstrar como o desmonte recorrente do baixo investimento e incentivo, através de políticas públicas, têm trazido à tona a mercantilização do ensino, por meio de ofertas em instituições privadas. Além disso, propõe-se uma análise de como a crise do sistema capitalista tem interferido diretamente no processo de precarização do ensino superior no Brasil.

Palavras-chave: Ensino Superior; Crise do Capitalismo; Mercantilização do ensino.

Abstract: The present article reflects upon the governmental agenda to defund and dismantle the education through public policies taking into scope the growing commercialization of education. This study brings to surface the impact that the crisis of the capitalistic system has on the process of disempowering the high education in Brazil.

Keywords: Higher education; crisis of capitalism; mercantilization of education.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como finalidade analisar como o processo de desmonte da educação pública, a falta de investimento em políticas públicas de educação e o atual cenário socioeconômico do país tem impactado diretamente na questão da mercantilização do ensino por parte das universidades privadas.

Frente ao avanço do projeto neoliberal, procuraremos problematizar a atual crise do capitalismo e como essa conjuntura interfere diretamente na precarização do ensino superior. Iniciaremos fazendo um paralelo dessa crise com a questão dos investimentos em políticas públicas de educação.

Procuraremos analisar como o projeto minimalista de Estado interfere diretamente naquilo que deveria ser política (pública e gratuita) e se torna objeto de comércio, provocando uma segregação, pois nem todos têm a possibilidade de pagar.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail:<silvialeticia1987@bol.com.br>

Analisar as transformações advindas do modo de produção capitalista significa também entender como essas transformações afetam diretamente o conjunto da vida social. Para NETTO (1996),

As transformações do nível social não se reduzem, obviamente, às alterações na estrutura de classes - ainda que a elas se conectem e nelas se repercutam. Vinculadas às profundas modificações no perfil demográfico das populações (em função seja das taxas de crescimento, seja do aumento da média de vida), à expansão urbana (em meados da década de oitenta, 42% da população estava nas cidades), ao crescimento das atividades de serviços (o “terciário” de C. Clark), à difusão de educação formal (inclusive a superior: nos anos setenta, o número de universidades no mundo praticamente dobrou) e aos novos circuitos de comunicação social (conduzindo ao ápice a indústria cultural que a “escola de Frankfurt” analisou e criticou) – vinculadas a esses e a outros vetores, as transformações no nível social da ordem tardo-burguesa revelam-se notáveis. (p. 95)

Assim, de acordo com as inúmeras questões levantadas a respeito da temática desta reflexão, salientamos a importância de debater a atual condição do ensino superior no país e como o atual cenário econômico, social e político, tem servido de base para a manutenção da lógica do capital, visto que temos pouco investimento em políticas públicas de educação, onde ocorre o desmantelamento do ensino público, gratuito e de qualidade e, em contrapartida, um avanço das faculdades particulares, reforçando a prática mercantilista no que diz respeito à educação.

Ensino Superior no Brasil – Educação Transformada em Mercadoria

O atual cenário político, social e econômico do país, o acirramento da crise capitalista e o aprofundamento das desigualdades sociais têm rebatimento direto nas condições da classe que vive do trabalho. Essa parcela da população não possui condições de pagar por serviços básicos, como saúde, educação, segurança, dentre outros. A crise no capitalismo tem aumentado o empobrecimento da população, porém este cenário é global e tem se intensificado ao longo das últimas décadas, segundo NETTO (2012):

Na verdade, desde os anos 1990, em todos os continentes, registraram-se crises financeiras, expressões localizadas da dinâmica necessariamente contraditória do sistema capitalista. E crises, não só as financeiras, fazem, também necessariamente, parte da dinâmica capitalista— não existe capitalismo sem crise. São próprias deste

sistema as crises cíclicas que, desde a segunda década do século XIX, ele vem experimentando regularmente. E que, seja dito de passagem, não conduzem o capitalismo a seu fim: sem a intervenção de massas de milhões de homens e mulheres organizados e dirigida para a sua destruição, do capitalismo, mesmo em crise, deixado a si mesmo só resulta... mais capitalismo. (Netto, 2012, p. 415).

Todo este contexto, segundo Netto (1996), “leva à precarização das condições de vida da massa dos vendedores da força de trabalho; a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da informalidade.” (NETTO, 2012, p. 417). Essa condição traz uma série de questões à vida do trabalhador e, conseqüentemente, da sociedade como um todo. Podemos citar aqui as múltiplas manifestações da “questão social”, “como demandas de moradia, de creches, de alimentação, de trabalho, de leitos hospitalares, de assessoria aos movimentos sociais, de consultoria às organizações, etc.” (GUERRA, ORTIZ, VALENTE, FIALHO, 2007, P. 2).

Partindo dessas reflexões, podemos afirmar que, com a desqualificação do Estado, a ideologia neoliberal tem avançado na defesa do “Estado mínimo”, no qual o pouco investimento em educação tem sido a mola precursora para o advento da mercantilização da educação. Esse “Estado mínimo” atinge de forma primordial os menos favorecidos, pois há um escandaloso corte dos gastos sociais, causando um acirramento das desigualdades sociais.

No tocante ao projeto neoliberal, este atualmente, segundo NETTO (2012), atua no tripé da flexibilização, desregulamentação e privatização. Sobre isso afirma:

No que toca às exigências imediatas do grande capital, o projeto neoliberal restaurador viu se resumido no tríplice mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal). Se esta última transferiu ao grande capital parcelas expressivas de riquezas públicas, especial mas não exclusivamente nos países periféricos, a “desregulamentação” liquidou as proteções comercial alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceu ao capital financeiro a mais radical liberdade de movimento, propiciando, entre outras conseqüências, os ataques especulativos contra economias nacionais. Quanto à “flexibilização”, embora dirigida principalmente para liquidar direitos laborais conquistados a duras penas pelos vendedores da força de trabalho, ela também afetou padrões de produção consolidados na vigência do taylorismo fordista. (P. 417)

Todo esse cenário atinge diretamente a educação pública e aqueles que dela necessitam. Apesar de haver uma luta histórica por uma educação gratuita, laica e de qualidade, temos visto que, tudo o que foi conquistado ao longo de décadas, está se perdendo devido a um projeto que atinge diretamente a população menos favorecida.

A educação pública ganhou destaque, principalmente após a Constituição Federal de 1988, quando a luta por direitos sociais e o combate às desigualdades sociais se destacou. Com a Constituição, uma série de políticas foi criada, contribuindo para a universalização dos direitos sociais e políticos dos cidadãos.

A CF/88 afiançou a educação como um direito social. Inicialmente, tais investimentos visavam à erradicação do analfabetismo, a diminuição da defasagem idade-série entre os alunos jovens e adultos da classe trabalhadora, ou melhor, objetivava corrigir os influxos do sistema educacional, que ora acolhia, ora expelia os jovens e adultos da classe trabalhadora do processo de escolarização. (HENRIQUES, 2017: 158)

Efetivamente, a CF/88 contribuiu para que houvesse avanços na área social, mas não podemos deixar de salientar que existe um grupo cujo principal interesse é incentivar o ensino privado. Ou seja, no Brasil existem dois projetos de educação, o público e o privado. Como salienta Henriques (2017),

A disputa entre tais projetos educacionais antagônicos se acirrou no cenário político e social durante a constituinte de 1988. Após vários embates com os grupos políticos que defendiam a participação irrestrita da iniciativa privada no sistema de educação brasileiro, os movimentos sociais, sindicais e de trabalhadores que militavam pela educação pública, gratuita, laica e de qualidade conseguiram assegurar a educação como um direito social, como prevê o Art. 5º da Constituição Federal de 1988. (p. 159)

Apesar de todo esse aparato, criado pela Constituição Federal de 1988 para que a educação pública e de qualidade protagonize no país, as necessidades do capital têm conquistado fôlego e espaço. Sendo a educação pública constantemente alvo de sucateamento, tendo em vista o pouco investimento, a mercantilização do ensino tem ganhado cada vez mais incentivo em nosso país.

A educação superior, historicamente, tem sido negada à população pobre. Tivemos, a partir dos anos 2000, a criação de algumas políticas e programas educacionais que visavam democratizar o acesso dessa população em cursos

de nível superior, dentre os quais podemos citar, como exemplo, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que passou a ser utilizado como uma das maneiras de ingresso nos cursos de nível superior por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU). O Enem democratizou o acesso à educação superior, tornou-se critério para ingresso no Programa Universidade para Todos (PROUNI), ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e ao Ciência sem Fronteiras (programa de bolsas para intercâmbio em universidades estrangeiras de ponta). Mas, apesar de todo esse incentivo, é complexo afirmar que a população pobre de fato teve o direito à educação assegurado.

CONCLUSÃO

Foi possível constatar neste estudo que houve muitos avanços no que diz respeito às políticas de educação, principalmente após a CF/88, mas também muitos retrocessos. Vivemos na era da mercantilização de um direito que deve ser gratuito e de qualidade para todos: a educação.

Adentramos na era do Estado mínimo, em que o governo exonera-se da responsabilidade de elaborar políticas públicas, abrindo espaço para que o capital atue de maneira desumana e excessiva na sociedade, privatizando e, como vimos, transformando a educação em negócio.

Este trabalho levou-nos a conhecer melhor a questão da mercantilização do ensino superior e a observar que há uma grande defasagem das políticas públicas voltadas para a educação. Isso nos faz entender como a lógica do capital tem rebatimentos diretos na classe trabalhadora, posto que, diante da desvalorização do ensino público, a população pobre, sem condições de arcar com os custos da educação, é preliminarmente afetada.

Finalmente, a crise do capital tem fortes efeitos sobre a questão da mercantilização do ensino através da desqualificação e do desmonte da educação pública, por intermédio do interesse de grandes grupos empresariais em transformar o ensino em mercadoria, gerando riqueza através da transformação de uma política pública em um serviço privado.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Disponível em <
<http://sisfiesportal.mec.gov.br/> > Acesso em: 14 de abril de 2019.

_____. Ministério da Educação. Disponível em:
<<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 14 de abril de 2019.

_____. Ministério da Educação. Disponível em:
<<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>> Acesso em: 14 de abril de 2019).

GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima da Silva Grave; VALENTE, Joana, FIALHO, Nádia. O debate contemporâneo da “Questão social”. III Jornada internacional de políticas públicas, São Luís, 2007. p. 1-9 Disponível em:
http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/mesas/31faf46bb74c9b64aa7dYolanda_fatima_Joana_Nadia.pdf

HENRIQUES, Cibele da Silva. Do Trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior. In: O Social em Questão. Rio de Janeiro, Ano XX, nº 37, 2017.

NETTO, J.P. Crise do capital e consequências societárias. *Serviço Social e Sociedade*, nº 111. São Paulo, 2012.

_____. Transformações societárias. *Serviço Social e Sociedade*, nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.